

Estratégias políticas na Independência do Brasil

Prof. Dr. Franklin Oliveira
(Doutor em História – UFPE)

O presente curso tem a intenção de examinar uma época complexa onde se embateram projetos irredutíveis uns aos outros, e, ao tratar dos impasses, observar que estes não surgem do nada, mas são construídos e ré - construídos dialeticamente na sua pretensão de trazer o novo. Concebe, assim, o novo dentro de uma aceção que o faz nascer do velho e incorpora parte do antigo no seu resultado factual. Tem o objetivo de mostrar personagens atuando, as múltiplas direções que deram as suas ações, e que foram capazes ou não de expressar as estruturas da sociedade. Discute o papel político que cumpriram os militares nesta época. Mais do que isto, discute as estratégias que foram aplicadas de lado a lado para alcançar determinados propósitos. Os atores constroem personagens para encenarem peças de teatro. Mas eles não o fazem apenas das suas cabeças e sim no diálogo com a vida real. O ato de construí-los incorpora a investigação, a comparação, a seleção das características de uma multitude de seres humanos até que possamos sintetizá-las na particularidade de uma vida concreta realçando certas ideias, gestos e significados que se pretendem universais.

As primeiras décadas do Século XIX colocaram em xeque, de um lado, os impérios da Península Ibérica, e de outro, a sobrevivência do Velho Regime. Questões como a manutenção do comércio, as alianças diplomáticas, o status do Império, e a atuação do Exército passaram ao centro das preocupações do Império Português. Os impérios da península ibérica declarariam guerra contra a França, para logo depois se dividirem e Portugal ser forçado a recuar passando a professar uma política de paz e neutralidade. Os portugueses experimentariam a invasão de seu território, sem que os franceses, porém, pudessem colocar as mãos na família real, então transmigrada para o Brasil.

Em 1817 novos conflitos estouraram dos dois lados do Atlântico, uma revolução no Norte do Brasil e uma revolta imputada ao marechal Gomes Freire em Portugal. Dom João VI combateu os revoltosos a ferro e fogo. O cenário absolutista só seria abalado em 1820 com o pronunciamento liberal que repercutiu no Brasil. O cenário começou a mudar quando se concretizam as pressões para o retorno a Portugal do rei D. João VI. Em 1822 o clima político se acirraria com a aceitação do príncipe D. Pedro de permanecer no Brasil. O ato é seguido da nomeação de um gabinete onde pontifica o ministro José Bonifácio de Andrada e Silva. O episódio leva a primeira medição de forças entre brasileiros e portugueses, com as pressões sobre D. Pedro por parte do Governador das Armas do Rio de Janeiro, Jorge Avillez. Estas, entretanto, se haviam funcionado na conjuntura do ano anterior, levaram a uma queda de braço que só se encerrou com a partida de Avillez e suas tropas para Portugal. Outra província em que ocorreram problemas envolvendo o cargo de Governador das Armas foi a Bahia. A situação já estava agitada pelos acontecimentos do Rio de Janeiro e pela eleição de uma nova Junta Governativa, e, quando chega a notícia de nomeação do brigadeiro Madeira de Melo, forma-se outro impasse, desta feita só resolvido com o uso da força. Logo a seguir, chega ao Rio de Janeiro a frota portuguesa comandada por Francisco Maximiliano de Souza. Na ocasião, D. Pedro age com a mesma firmeza de antes, não lhe permitindo aportar, admitindo, após negociações, o seu retorno a Portugal.

O primeiro round entre Brasil e Portugal havia terminado, com D. Pedro tornando a capital do país desobstruída de tropas e em condições de operar uma possível

separação, e Portugal ficando posição na segunda cidade do país. Em Portugal as Cortes criam uma comissão especial dos negócios do Brasil. No entanto, falta o ambiente para que suas decisões fossem aprovadas, sendo que, progressivamente, o clima torna-se praticamente inviável. Se algum momento pode ser definido como decisivo para a Independência, este não é o sete de setembro mas o período de maio a agosto que concentram tal número de iniciativas que não deixam dúvidas que a decisão já está tomada. Em fins de maio o Conselho de Estado aprova o “empréstimo da Independência” de 400\$000,00, a ser cobrado da Inglaterra e de particulares. A 3 de junho é convocada a Assembleia Constitucional e Legislativa do Império do Brasil. Mais alguns dias D. Pedro envia carta a Madeira e a Divisão dos Voluntários do Rei mandando que se retirassem as tropas portuguesas e se decide a convocação de atos por todo o país para coincidir com as festas de S. Pedro. O último quadrimestre de 1822 foi gasto numa nova ofensiva política por parte de D. Pedro, antecipando-se a proclamação da Constituição imperial. Assim, em 7 de setembro ocorre a proclamação oficial da independência, em 12 de outubro a sua aclamação como imperador constitucional do Brasil e no início de dezembro a sua coroação.

Do lado das Cortes há a assinatura e o juramento da constituição do Império e a edição de um decreto que é lido pelas lideranças do Rio de Janeiro como regressista e que pretensamente fariam retornar o país à situação em que se encontrava antes da transferência da família real portuguesa. Mesmo com todas as medidas de D. Pedro, o quadro ainda era de “empate técnico”. O país ia mal de finanças, parte do Norte continuava fiel a Portugal, e os portugueses controlavam a Bahia. De outro lado, se as Cortes e o governo português concentravam forças no Norte do Brasil não conseguiam novas adesões que lhes permitissem alterar o quadro geral.

Bibliografia básica

- ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. *A economia brasileira no Império, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC Rio, 2010.
- AMARAL, Braz de. *História da independência do Brasil na Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- APEB. *Coleção Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011.
- BORGES, João Vieira, Cel. *Portugal militar no início do Século XIX*. XVII Colóquio de História Militar. Lisboa: CPHM, 2008.
- CALÓGERAS, Pandiá. *A política externa do Império*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CARVALHO, Carlos Delgado. *História Diplomática do Brasil*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CARVALHO, Manuel Gomes de. *Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*. Brasília: Senado Federal, 2003. V. 12.
- CENTENO, João. *O Exército português na Guerra Peninsular*. Lisboa: Prefácio, 2008.
- COLLEÇÃO dos decretos, resoluções e ordens das Cortes Geraes Extraordinárias e Constitucionais da Nação Portuguesa desde a sua installação em 26 de janeiro de 1821*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822.
- CORDEIRO, João Manoel. *Apontamentos para a história da artilharia portuguesa*. Lisboa: Typografia do Comando Social da Artilharia, 1895.
- ESTRÊLA, Paulo Jorge. *Ordens e considerações portuguesas.1793-1824*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

- HESPANHA, Antônio Manuel(Coord.). *Nova história militar de Portugal*. Rio de Moura: Círculo de Letras, 2004.V.2.
- LIMA, André Nicácio. As câmaras municipais na crise da independência. São Paulo: *Almanach Brasiliense*. n.1, maio 2005.P. 114-119.
- LIMA, Oliveira. *O movimento da independência, 1821-1822*. 6.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MARQUES, Fernando Pereira. *Exército, mudança e modernização na primeira metade do Século XIX*. Lisboa: Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 1999.
- MARTINS, Ana Canas Delgado (Coord.). *D. João VI no Brasil*. Lisboa: Ministério da Cultura/Torre do Tombo, 2006.
- MARTINS, Oliveira J.P. *História de Portugal*. 3.ed. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882. 2 v.
- MELO, João Crisóstomo de Castro e. *Repertório das Ordens do dia dadas ao Exército português desde 15 de março de 1809 até 5 de abril de 1830*. Lisboa: Typografia de Bulhões, 1830.
- SELVAGEM, Carlos. *Portugal militar*. Compêndio de história militar e naval de Portugal. Desde as origens do Condado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança. 3. reimpr. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1999.
- SILVA, Ignácio Accioly de Cerqueira. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931. v.3.
- TAVARES, Luiz Henrique Dias. *A independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.
- VARNHAGEN, Francisco A. *História da independência do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, e dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1938.
- GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. *O povo e a guerra. Participação popular na Guerra de Independência na Bahia(1822-1823)*. Salvador: Dissertação apresentada ao mestrado em história da UFBA, 2004.
- NETO, Hélio Franchini. *Independência ou morte. Política e guerra na emancipação do Brasil(1821-1823)*. Brasília: Tese de doutorado apresentada a UNB, 2015.
- SILVA, Jorge Manuel Moreira. *A Marinha de Guerra portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regência(1821-1851)*. Coimbra: Dissertação apresentada ao mestrado em história da Universidade de Coimbra, 2009.
- SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis. Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Tese de doutorado apresentada a USP, 2006.
- SILVA, Marcelo Renato Siqueira. *Independência ou morte em Salvador*. Salvador: Dissertação apresentada ao mestrado em história da UFBA, 2012.
- WISIAK, Thomas. *“A nação partida ao meio”. Tendências políticas na Bahia na crise do Império luso-brasileiro*. São Paulo: Dissertação apresentada a USP, 2001.